



CENTRAL EÓLICA AVENTURA I S.A.

CNPJ nº 19.980.957/0001-70

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota 31/12/2024	31/12/2023		Nota 31/12/2024	31/12/2023		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	10	16.100	14.008	Fornecedores	20	1.660	1.370
Concessionárias	11	2.496	2.679	Impostos a pagar	12	833	858
Impostos a compensar	12	303	294	Empréstimos e financiamentos	21	4.316	4.305
Cauções e depósitos vinculados	13	1.103	-	Outras contas a pagar	23	4.196	279
Estoque material de manutenção	15	78	66				
Adiantamento a fornecedores	16	18	18				
Despesas antecipadas	17	60	47				
Outros créditos	17	245	250				
	20.403	17.363					
Não circulante				11.005	6.812		
Concessionárias	11	24	24				
Partes relacionadas	13	24	24				
Despesas antecipadas	17	1.032	1.266				
Cauções e depósitos vinculados	14	2.557	2.961				
Imobilizado	18	110.976	115.667				
Intangível	19	179	187				
	114.792	120.129					
Total do ativo		135.195	137.491				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)							
1 CONTEXTO OPERACIONAL							
A Central Eólica Aventura I S.A. ("Companhia" ou "Aventura I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituiu-se em 31 de março de 2014, controlada pela EDP Renováveis Brasil S.A. (EDPR), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Aventura I e comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a operações. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. h) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e encargos de uso de rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. i) Dividendos: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.407/94, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação prescrita na data das demonstrações financeiras. j) Emprestimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atributíveis. Subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método do taxa de juros efetiva. k) Provisões; Contingências: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparadas por seus assessores legais externos. Desmantelamento: São constituidas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituidas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base sólida para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. l) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. m) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 60 trilhetares, e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas resultantes da contribuição social são contabilizadas reconhecidas no resultado, exceto aquelas que estejam relacionadas a itens diretamente tecnicos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o CPC 23/IFRIC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro. Em dezembro de 2018 foi emitido o ICP 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A interpretação determina que é necessário avaliar se e provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal; e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que ela seja contemplada na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. n) Capital social: Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ente ser imposto o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. o) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. p) Receita operacional líquida: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. q) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, e as despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos. r) Ativos e passivos financeiros; Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa latentes vencem e são recebidos ou têm sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos a custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remunerados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados, calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 30. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidi-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente ao evento futuro e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. s) Impairment: Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. <p>6 RISCOS CLIMÁTICOS</p> <p>Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controles, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia. A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição e venda com realização de lucros e prejuízos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos, cada vez</p>							

...continuação

CENTRAL EOLICA AVENTURA I S.A. | CNPJ n° 19.980.957/0001-70

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência	1º IMOBILIZADO				31/12/2024				31/12/2024			31/12/2023		
					%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%		
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou da Equivalência Patrimonial	Não há	Interpretar	01/01/2025	Imobilizado em serviço - Geração Direito de uso arrendamentos Máquinas e Equipamentos Impairment Móveis e utensílios Total	7,4% 4,7% 0% 14,3%	2.901 141.945 (1.870) 26	(805) (31.205) (1.870) (16)	2.096 110.740 (1.870) 10	143.002 (32.026)	110.976	Acionistas EDP Renováveis Brasil S.A. China Three Gorges Brasil Energias Ltda	4.961 4.767	51% 49%	4.961 4.767	51% 49%		
OCPG 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), capitais brasileiros, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de Finanças	Não há	Orientação	01/01/2025	Imobilizado em serviço - Geração Direito de uso arrendamentos Máquinas e Equipamentos Impairment Móveis e utensílios	7,4% 4,7% 0% 14,3%	2.901 141.958 (1.870) 26	(655) (26.680) (1.870) (12)	2.246 115.277 (1.870) 14	143.014 (27.347)	115.667	Total destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no exercício impedindo de distribuir dividendos. (a) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve reserva no montante de R\$ 614 (R\$ 614 em 31 de dezembro de 2023) a título de reserva legal. (b) Reserva de lucros - retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos. O orçamento de capital foi aprovado em AGO. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia compõe o prejuízo com 100% da reserva de lucros (R\$ 1.903 em 31 de dezembro de 2023).	9.728	100%	9.728	100%		
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.	IAS 1	Norma	01/01/2027	A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Bancos conta movimento Aplicações financeiras - renda fixa			31/12/2024	31/12/2023	Imobilizado em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	2.246 115.277 (1.870)	(150) (4.525) (4)	2.096 110.740 (1.870)	115.667 (4.679)	110.976	Imobilizado em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	2.397 119.693 (1.870)	(150) (4.527) (5)	2.246 115.277 (1.870)	111 111	115.667	115.667
11 CONCESSIONÁRIAS	Mercado regulado Total			31/12/2024	31/12/2023	Intangível em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	3,34 235	(56) (56)	179	31/12/2023	31/12/2024	Intangível em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	3,34 235	(48) (48)	187	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
12 IMPOSTOS A RECUPERAR E A PAGAR	Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:			31/12/2024	31/12/2023	Intangível em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	187 187	(8) (8)	179	31/12/2022	31/12/2023	Intangível em serviço Direito de autorização - Licenças ambientais Total	195 195	(8) (8)	187	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023
Ativos compensáveis	ICMS IRRF sobre aplicações financeiras ISS PIS, COFINS e Contribuição Social retidos na fonte			31/12/2024	31/12/2023	O saldo dos fornecedores corresponde susbtancialmente a materiais e serviços para manutenção do parque eólico.	1.600 273 2	294	1.600 265 2	31/12/2024	31/12/2023	20 FORNECEDORES	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Passivo a recolher	ICMS Imposto de renda e CSLL PIS e COFINS PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros IRRF sobre aplicações financeiras ISS Outros Total			31/12/2024	31/12/2023	Circulante Partes relacionadas Materiais e serviços Total	1.660 1.492 1.253	168 1.492 1.253	117	31/12/2024	31/12/2023	Circulante	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:			31/12/2024	31/12/2023	Resultado do contrato Contrato	4.176 140 =	4.142 163 =	37.244 – (330)	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
14 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	Cauções e depósitos vinculados de empréstimos Ativo circulante Ativo não circulante Total			31/12/2024	31/12/2023	Encargos de dívida Custo de transação Total	4.316 4.305	41.078 36.914	40.671	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
15 ESTOQUE MATERIAL DE MANUTENÇÃO	Total			31/12/2024	31/12/2023	Vencimento das parcelas do não circulante	4.102 163 =	4.305 163 =	41.078 40.671	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
16 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	Circulante Adiantamento a fornecedores Total			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.142 (3.370) 3.347 34 4.176 140	163 (3.370) 3.347 – 3.642 4.316	4.305 (4.156) 356 – 86 37.244	31/12/2024	31/12/2023	Circulante	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, corrigido anualmente pelo IPCA. b) Contrato de monitoramento de operação do parque eólico: A Companhia celebrou contrato com a EDP Transmissora Goiás S.A. referente ao monitoramento remoto do parque eólico, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos; Assuntos de intervenções e área administrativa técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA. 13.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. que tem como investidora a controladora final a EDP - Energias de Portugal S.A. e a China Three Gorges Brasil Energia LTDA., e investidora não controladora fora do grupo: 13.2 Remuneração dos administradores: A direção da companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Aventura I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.						Saldo em 31/12/2022 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Variação Cambial Transferências Saldo em 31/12/2023	4.102 (3.655) 3.642 – 4.165 4.142	176 (3.655) 3.642 – 4.165 163	4.278 – 86 – 467 41.078	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
17 DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS	Circulante Despesas antecipadas Outros créditos Total			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.196 (2.959) 2.297 8.807 2.499	4.610 2.297 2.579 2.499	2.959 2.297 2.579 5.789	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
18 O SALDO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	Não circulante Despesas antecipadas Total			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.102 (3.023) 2.979 8.807 2.499	4.102 2.979 2.579 5.789	3.023 2.979 2.579 5.789	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	O saldo de outros créditos é referente à indenização entre a Companhia e o fornecedor dos aerogeradores, devendo ao fornecedor será descontado durante o prazo de 9 anos, razão pela qual os saldos estão desmembrados entre circulante e não circulante.			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.102 (3.023) 2.979 8.807 2.499	4.102 2.979 2.579 5.789	3.023 2.979 2.579 5.789	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
20 PROVISÕES	A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.102 (3.023) 2.979 8.807 2.499	4.102 2.979 2.579 5.789	3.023 2.979 2.579 5.789	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
21 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas:			31/12/2024	31/12/2023	Saldo em 31/12/2023 Pagamento de juros Pagamento de principal Juros provisionados Amortizações Transferências Saldo em 31/12/2024	4.102 (3.023) 2.979 8.807 2.499	4.102 2.979 2.579 5.789	3.023 2.979 2.579 5.789	31/12/2024	31/12/2023	Principais	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
22.1 Desmantelamento:	Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituidas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica edifica para fazer face às respectivas respons																	

conforme MIR 11-2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link

Pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

...continuação

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interrupções ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrupa confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais baseadas nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

29.7 Riscos regulatórios: As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

30 COMPROMISSOS CONTRATUAIS

30.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	5.910	527	—	—	6.437
Locações operacionais	500	379	—	—	879
Total	6.410	906	—	—	7.316

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Aventura I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucitativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela

CENTRAL EÓLICA AVENTURA I S.A. | CNPJ nº 19.980.957/0001-70

30.2 Obrigações de compra: As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado. A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de maio 2019 a 31 de dezembro 2037. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

30.3 Responsabilidades com locações operacionais: A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 30 a 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

31 GARANTIAS**Tipos de garantias oferecidas**

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito Caçapão (nota 15)	3	3
Penhor de ações (a)	41	45
(a)Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financeiro e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.		

32 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, civil e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, possui uma causa cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, conforme descrito a seguir.

32.1 Trabalhista: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte de uma ação judicial trabalhista, tendo como valor envolvido atualizado de R\$ 11, prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como provável e foi constituída provisão contábil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

33 MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

31/12/2024	31/12/2023
87	100
87	100

Gestão Ambiental / Fauna

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 87 (R\$100 em 2023), sendo registrado no resultado do exercício, relativos à gestão ambiental da operação.

34 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Límite Máximo de Indenização
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	176
Responsabilidade civil	Geral	100

DIRETORIA	Luis Fernando Mendonça de Barros Filho	
	Dirutor	
CONTADOR	Alfredo Antonio Tessari Neto - CRC: 1SP176534/O-5	

São Paulo, 17 de abril de 2025

Adriano Formosinho Correia
Contador

CRC 1BA029904/O-5

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras e incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

